



A ATITUDE INVESTIGATIVA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA

JAVARONI, Ana Flávia Merchan Ferraz Grizzo¹
SILVA, Letícia Sabino de Almeida²
SOLCIA, Vanessa Mara³
LEHFELD, Neide Aparecida de Souza⁴
DUTRA, Nayara Hakime⁵

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a atitude investigativa e o trabalho do assistente social na cena contemporânea, sobretudo no exercício profissional na Política de Assistência Social, além de um levantamento das dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da UNESP, [Campus de Franca/SP](#). Utilizou-se como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental, baseadas em livros, revistas, teses, dissertações, artigos e sites da internet. Concluiu-se que a relação das dimensões investigativa e interventiva na prática profissional é fundamental para a compreensão crítica da realidade, frente às manifestações da questão social, repercussão da luta de classes do sistema capitalista. E que os referenciais da profissão das últimas décadas, como as diretrizes curriculares do Serviço Social e as [publicações articuladas pelo Conselho Federal de Serviço Social](#) contribuem para a sustentação teórica e metodológica deste processo de intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa; Assistência Social; Atitude investigativa.

INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: ana.grizzo@unesp.br.

² Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: leticiasabino10@hotmail.com .

³ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: vanessamasol@gmail.com.

⁴ Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: nlefeld@gmail.com.

⁵ Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social da Unesp -Franca, docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP , líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA),nayara.nakime@unesp.br

O presente artigo tem o objetivo de apresentar reflexões sobre a atitude investigativa e o trabalho do assistente social na cena contemporânea, especialmente na Política de Assistência Social. Pretende-se demonstrar um levantamento realizado das dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca/SP, defendidas no período de janeiro de 2019 a julho de 2021, [que são relativos à mencionada Política](#).

O interesse em pesquisar esta temática, assim como realizar o levantamento das [teses e dissertações publicadas no repositório do Programa](#), relacionadas à Política de Assistência Social, foi em decorrência da trajetória profissional das autoras e da disciplina de Pesquisa Social I, por ser um assunto essencial para a intervenção profissional e ampliação do conhecimento, além de ser atribuição do assistente social, conforme Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão.

A indagação que permeia o estudo é a relação entre a pesquisa e o trabalho profissional, sobretudo na Política de Assistência Social. [Diante do processo histórico em que a pesquisa se evidencia no âmbito do Serviço Social brasileiro, pode-se destacar que a partir de 1960, com o Movimento de Reconceituação, ocorreram avanços significativos na produção de conhecimento e pesquisa, em meio a um complexo cenário de luta e repressão. Houve aproximação da categoria dos assistentes sociais com a teoria social de Marx, que contribuiu com a construção do rigor teórico e metodológico para a formação e exercício profissional, evidenciando a pesquisa como instrumento que permite a análise crítica da realidade.](#)

A esfera pública [historicamente](#), é a maior empregadora de [Assistentes Sociais \(Iamamoto, 2009\)](#), os quais desenvolvem seus trabalhos diante das complexas demandas que emergem todos os dias. Dentre as Políticas Públicas destaca-se a [da Assistência Social](#) como um dos maiores campos de atuação e como cenário privilegiado de intervenção e investigação.

Para o desenvolvimento, deste estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e documental, baseada em livros, revistas, teses, dissertações, artigos e sites da internet. A opção por estes tipos de pesquisa se sucedeu principalmente pelo contexto pandêmico que requisita o distanciamento social e dificulta outras formas de coleta de dados. A amostra do levantamento de teses e dissertações [do repositório do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP de Franca](#), contemplou as produções defendidas no período de janeiro de 2019 a julho de 2021, e contribuiu para dar materialidade aos contornos das pesquisas relativas à Política de Assistência Social.

O método utilizado [para elaborar esta pesquisa](#) foi o materialismo histórico-dialético, por permitir ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica” (NETTO, 2011, p. 22), enquanto sujeito ativo, histórico e social, que busca conhecer o objeto real e determinado.

Perspectiva essa, que está presente no [Projeto Ético-Político](#) da profissão e se evidencia como a mais adequada para tratar as questões acerca da temática da pesquisa em Serviço Social.

O recorte teórico contemplado na pesquisa para reflexão do estudo se refere à trajetória e particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social, a profissão na contemporaneidade, a atitude investigativa nos espaços sócio ocupacionais, sobretudo na Política de Assistência Social, o levantamento das publicações de dissertações e teses relacionadas a esta Política e às considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Ao se analisar a trajetória do Serviço Social como profissão⁶ inscrita na divisão social e técnica do trabalho pode-se afirmar que a sustentação teórica e metodológica do processo de intervenção de forma crítica na realidade social sofreu significativas influências.

As décadas de 1980 e 1990 são marcos para a profissão, pois apresentam grande avanço teórico-prático como o Projeto Ético Político do Serviço Social, o qual segundo Yazbeck (2019, p.86-87):

[...] envolve um conjunto de componentes que se articulam: são valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações e sobretudo interlocução crítica com o movimento da sociedade na qual a profissão é parte e expressão.

Todavia, cabe ressaltar que através da trajetória histórica da profissão, a atitude investigativa se fez presente, sobretudo a partir do Movimento de Reconceituação, em 1960, momento em que, por meio de uma construção coletiva, buscou-se aproximação com a teoria crítica, conforme Fraga (2010, p.43) elucida:

As mudanças na concepção que se tem da profissão de assistente social são consequências de processos históricos, e dependem do significado social que se atribui à profissão, que é fruto de movimentos da categoria e também da sua relação com a dinâmica e o desenvolvimento do conjunto da sociedade.

O Movimento de Reconceituação da profissão constrói uma mudança de paradigma do fazer profissional, propõe uma compreensão mais crítica da realidade, o reconhecimento de uma nova identidade alinhada ao movimento Latino-Americano e não mais às bases europeias e americanas.

6 Reconhecimento da profissão de nível superior a partir da regulamentação da Lei n. 8.662/9, de 7 de junho de 1993, momento em que o Serviço Social se constitui como área de produção de conhecimentos, inserido na área das Ciências Sociais Aplicadas. (FRAGA, 2010, p.43)

Na década de 1970, foi elaborado o método de Belo Horizonte, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (BATISTONI, 2017, p.137), o qual apresentou uma alternativa de prática profissional com fundamentação sustentada em dimensões teóricas, metodológicas e interventivas, em contestação à prática do Serviço Social tradicional. Ele contemplou uma proposta globalizadora, através de um projeto profissional abrangente, com referenciais essenciais para a formação e intervenção do Serviço Social. (NETTO, 1991, p. 276-277)

Esse movimento de ruptura com o conservadorismo da profissão foi um processo construído ao longo do tempo, em meio a intensos debates teórico-metodológicos que possibilitaram ao Serviço Social a construção de “novas linhas de força que o identificam com as tensões da dinâmica da sociedade brasileira no período.” (SPOSATI, 2007, p.16)

Com esta nova identidade profissional, a Teoria Social Crítica Marxista passa a ser instituída nos debates entre profissionais e estudantes. Em 1972, foram implantados os primeiros cursos de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, nas Universidades Católicas de São Paulo e Rio de Janeiro (GUERRA, 2011), possibilitando a ampliação da pesquisa e da produção de conhecimento na área. Dentre este legado histórico construído, ressalta-se o impacto da obra de Yamamoto e Carvalho (1982) à luz dessa Teoria, “com uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, [...] sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado.” (RAICHELIS 2011, p.3)

No mesmo ano (1982), a disciplina de pesquisa na formação dos Assistentes Sociais tornou-se obrigatória (SPOSATI, 2007) e em 1985, após reconhecimento do Serviço Social como área específica de pesquisa, as universidades começaram a receber apoio financeiro e bolsas de estudos de Agências de fomento à pesquisa como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (KAMEYAMA, 1998).

Em meados de 1990, as diretrizes curriculares do Serviço Social, os referenciais teóricos e as contribuições de entidades da categoria se direcionam para uma formação mais consistente, baseada na perspectiva crítica, com vistas a possibilitar através das dimensões investigativa e interventiva, a relação da teoria e realidade, e a elaboração de ações profissionais que superem as estritamente burocráticas, rotineiras e imediatistas (GUERRA, 2009).

Os referenciais teóricos que colaboraram com os avanços na perspectiva de ruptura com o conservadorismo da profissão, ainda influenciam cotidianamente no processo de construção do conhecimento para a prática profissional interventiva e investigativa.

O Assistente Social e a dimensão investigativa no exercício profissional na Política de Assistência Social

As dimensões investigativa e interventiva se complementam para a compreensão das relações sociais e são essenciais para o efetivo exercício profissional na sociedade capitalista, diante da complexidade da questão social, decorrente da luta de classes.

A materialização destes elementos essenciais para a constituição da prática profissional é desafiadora, principalmente diante do cotidiano **desgastante** dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, agravado ainda mais por todas as crises vivenciadas nos últimos anos.

Compreender os fenômenos inerentes ao processo histórico do sistema capitalista é necessário para o exercício profissional no bojo das complexas demandas que se expressam na sociedade. Para isso, é preciso ir além do imediatismo, da sua aparência expressa, ultrapassar o senso comum através de análise crítica e dinâmica da realidade, e apreensão da totalidade, como o imperativo que Guerra (2009, p.715) atribui à profissão: “ousar saber para ousar transformar”.

Conforme afirma Yamamoto (apud Yazbeck, 2019, p.87) a profissão “é socialmente determinada e seu significado só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente a questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões”.

A partir da década de 1980, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, se intensificou o debate entre o Serviço Social e as Políticas Públicas, em um cenário de ampla mobilização social, que culminou em um vasto campo de produção do conhecimento e pesquisa da profissão.

Incorporada a esta crescente sustentação teórica e metodológica, especialmente com seu Projeto Ético Político e seus referenciais dos últimos trinta anos, a profissão faz interlocução com o contraditório, pois luta pela construção de direitos, justiça, equidade, liberdade, contra o racismo e homofobia, entre outros tipos de violências e discriminação, em uma sociedade que reverencia o inverso. Portanto, para este enfrentamento diário há a necessidade dessa luta ser coletiva, com estudo, debate e pesquisa. (YAZBECK, 2019, p.87).

○ Código de Ética do Assistente Social (1993, p.26-27), apresenta em seu artigo 2º como direito dos profissionais a “[...] liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.” E diante de uma “nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista” (ANTUNES, 2018, p.10 apud YASBEK, 2020, p.296), que agrava as diversas formas de expressão da questão social e amplia as

desigualdades sociais, se faz necessária cada vez mais a prática profissional investigativa, como expõe Bourguignon (2015, p.42):

[...] a pesquisa continua sendo uma exigência que as vicissitudes do mundo contemporâneo colocam à profissão, o que carece de maiores investimentos e uma postura do profissional de permanente crítica e indignação com as manifestações sociais do modelo de desenvolvimento econômico que sujeita a maioria da população ao processo de exclusão social.

A pesquisa deve se incorporar à prática profissional do Assistente Social para compreender as relações e garantir aos sujeitos a centralidade e visibilidade de suas demandas, pois é fundamental:

[...] resgatar as formas como o sujeito, a partir de suas relações, constrói referências próprias para posicionar-se e compreender o mundo em que se insere. É preciso acompanhar, registrar e refletir sistematicamente sobre as alternativas construídas pelos próprios sujeitos para enfrentar e superar os entraves determinados pela estrutura socioeconômica ao longo de sua vida cotidiana e experiência social. (BOURGUIGNON, 2015, p.48).

É necessário apontar que a pesquisa em Serviço Social deve proporcionar aos usuários o reconhecimento desses, enquanto sujeitos individuais ou coletivos, capazes de transformar a própria realidade em que estão inseridos.

Conforme descrevem Barros e Lehfeld (2007, p.83), a pesquisa é “um processo reflexivo, sistemático, controlado e crítico que nos conduz à descoberta de novos fatos [...] requer imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação do pesquisador”. É uma condição fundamental para a inserção e qualificação crítica dos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais que, cotidianamente, atendem as múltiplas manifestações da questão social (IAMAMOTO, 1997, p.14).

O assistente social deve desenvolver uma atitude investigativa compatível com o método de Marx no seu campo de trabalho, mesmo não sendo um pesquisador em tempo integral, para acompanhar os avanços do conhecimento, conhecer concretamente a realidade e subsidiar sua intervenção (NETTO, 2009). O mesmo autor destaca três observações gerais que não são “operações intelectivas sucessivas”, mas sim elementos constitutivos de um processo contínuo, renovado, com mais efetividade se for coletivo, sendo eles:

Em primeiro lugar, o profissional necessita possuir uma visão global da dinâmica social concreta. Para isto, precisa conjugar o conhecimento do modo de produção capitalista com a sua particularização na nossa sociedade (ou seja, na formação social brasileira) [...] Em segundo lugar, o profissional precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas) que se propõem a enfrentá-las. [...] Em terceiro lugar, ao profissional cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa. É necessário dominar a bibliografia teórica (em suas diversas tendências e correntes, as suas principais polêmicas), a documentação legal, a sistematização de experiências, as modalidades das intervenções institucionais e instituintes, as formas e organizações de controle social, o papel e o interesse dos

usuários e dos sujeitos coletivos envolvidos etc. Também é importante, neste passo, ampliar o conhecimento sobre a instituição/organização na qual o próprio profissional se insere (NETTO, 2009, p.693-696).

O profissional deve se apropriar da dimensão investigativa, pois este (profissional) está inserido no contexto capitalista, contraditório, permeado pelo ideário neoliberal que naturaliza a questão social. A prática da pesquisa deve ser habitual no fazer profissional, para ultrapassar as intervenções baseadas na intuição e no senso comum. Importante destacar que o resultado de uma pesquisa é inscrito em um espaço histórico determinado que sofre constantemente mudanças pelo processo dinâmico da sociedade, não sendo possível construir conhecimentos fechados e imutáveis.

Dentre as áreas de atuação do assistente social, a Política de Assistência Social se destaca como um dos espaços de maior ocupação pela categoria que, **anteriormente**, teve a mediação realizada por voluntários, por ações de caridade, com cunho totalmente assistencialista. Mas após amplos e intensos debates coletivos e as normativas como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) a Política foi consolidada com outra perspectiva, que visa a proteção social dos indivíduos e famílias, e garantia de direitos. Um processo histórico de inúmeros avanços, alguns retrocessos e muitos desafios.

Diante da complexidade das demandas emergidas e das especificidades de cada território, não é suficiente ter como parâmetro a leitura da realidade baseada no senso comum, nem a prática de atividade puramente rotineira e tecnocrata. **É essencial** compreender criticamente o movimento dinâmico da sociedade e para isso a dimensão investigativa se demonstra medular, como exemplo, a sistematização de dados, que oportuniza a identificação de demandas, lacunas, fenômenos existentes, entre outras informações que a prática permite extrair das análises realizadas (GUERRA, 2009), junto com o arcabouço teórico, ético e político que pressupõe a unidade entre a teoria e prática, o pensar e o agir para a construção de práticas criativas e efetivas.

A Política Social no Brasil desconsidera os elementos estruturantes da sociabilidade, culpabiliza os indivíduos pela pobreza, propõe ações fragmentadas e focalizadas e reduz a luta de classes à luta contra a pobreza (YASBEK, 2009, p.132-133). Ainda, estabelece critérios para acesso aos Programas, Serviços e Benefícios que exclui os que já são excluídos, diante da exigência da comprovação dos mais elevados níveis de vulnerabilidades e riscos.

Os instrumentais de trabalho do assistente social como entrevistas, visitas técnicas, relatórios, dinâmicas de grupo, diário e registros de campo, laudos e pareceres são ferramentas que colaboram para a prática investigativa, ao mesmo tempo em que se vincula

com o planejamento prévio, postura profissional alinhada ao projeto ético político e subsídio teórico para tratar os dados levantados.

Face ao exposto, aduz a importância da pesquisa no Serviço Social para o desvelamento da sociedade contraditória a qual está introduzida a profissão para atender as demandas advindas das expressões da questão social, conforme elucida Guerra (2009, p. 718):

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica.

Sendo assim, o processo sistemático de construção do conhecimento fundamentado de maneira crítica e criativa permite a articulação entre o saber e o fazer profissional como forma de enfrentamento das determinações sócio-históricas identificadas na sociedade.

Levantamento das publicações de dissertações e teses relacionadas à Política de Assistência Social

Para contribuir com a reflexão deste estudo, foi realizado um levantamento das dissertações de mestrado e teses doutorado [do repositório do](#) Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca, defendidas no período de janeiro de 2019 a julho de 2021. A opção do recorte temporal das produções ocorreu pelo contexto pandêmico que impôs transformações, adaptações e limitações, por isso se propôs a consulta nas defesas realizadas desde um ano antes deste cenário.

A Universidade Estadual Paulista – UNESP foi fundada em 1923 e possui 24 campi, distribuídos por todo o Estado de São Paulo. O único campus que possui o curso de Serviço Social é na cidade de Franca, o qual possui graduação e pós-graduação. A área de concentração do mestrado e doutorado consiste no Serviço Social: Trabalho e Sociedade, a qual abrange três linhas de pesquisas, Trabalho e Sociedade Capitalista; Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional e Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

Os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social foram fundados nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, no contexto da modernização conservadora, com perfil técnico, em conformidade com o modelo norte-americano, em atenção aos interesses do mercado. [Foram](#) determinantes para colocar em pauta o conservadorismo da profissão e iniciar a produção científica crítica, que contribuiu para a renovação do currículo acadêmico da graduação em Serviço Social e para o desenvolvimento de pesquisas científicas na área. (GUERRA, 2011).

O processo histórico inscrito na inserção do Serviço Social na pós-graduação, conseqüentemente na pesquisa acadêmica, demandou a apropriação de referenciais teóricos capazes de responder as demandas que surgiam do contexto dos anos de 1970 e intensificado na década de 1980, com a ascensão dos movimentos sociais reivindicando direitos sociais e a responsabilização do Estado para garantir proteção social. Foi também necessário a aproximação de outras áreas de conhecimento e a sua interlocução.

A partir da postura crítica assumida pelo Serviço Social Brasileiro, Guerra (2011, p. 135) expõe:

[...] alcança o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina seu estatuto profissional e o seu significado social, contribui na consolidação das Ciências Sociais no Brasil, adquire visibilidade no campo acadêmico e investe na construção de um projeto de sociedade que defenda a educação laica, pública, gratuita, democrática, socialmente relevante e autônoma em face dos constrangimentos da racionalidade burguesa.

Como anteriormente exposto, a pesquisa deve ultrapassar os muros da academia e se fazer presente cotidianamente nos espaços sócio-ocupacionais, contudo, o desenvolver deste estudo instigou as autoras a identificarem o número de teses e dissertações sobre a Política de Assistência Social defendidas no período delimitado dentro do Programa supra indicado.

Para ilustrar o referido levantamento das publicações totais de dissertações e teses de janeiro de 2019 a julho de 2021 e as que possuem relação direta com a Política de Assistência Social, segue a Tabela abaixo.

Tabela 1: Teses e dissertações constantes no repositório do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UNESP Franca/SP, defendidas no período de janeiro de 2019 a julho de 2021.

Ano	Total de Dissertações	Dissertações sobre a Política de Assistência Social	Total de Teses	Teses sobre a Política de Assistência Social
2019	15	6	11	1
2020	18	7	9	2
2021	3	0	3	0
Total	36	13	23	3

Fonte: Elaborado pelos próprios autores 2021.

Verifica-se que do total de 59 produções, 16 delas são relacionadas diretamente à Política de Assistência Social, o que corresponde a 27%, sendo 6 dissertações e 1 tese em 2019, e 7 dissertações e 2 teses em 2020.

Entretanto, é importante evidenciar que as outras produções podem se relacionar indiretamente com a temática aqui evidenciada, sobretudo as que pesquisam a formação do assistente social, participação e controle social e os desafios profissionais diante da crise

estrutural do capital. A Tabela 2 demonstra o levantamento realizado com base na principal área de relação da pesquisa.

Tabela 2: Identificação das teses e dissertações pelas principais áreas das pesquisas

Tema da Produção	Número de produções
Assistência Social	16
Formação profissional / estágio / Assistência estudantil/ desafios trabalho profissional	11
Saúde	5
Gênero / diversidade / etnia	4
Sistema de justiça / carcerário/ SINASE	4
Conselhos de Direitos / Participação e controle social	3
Educação	3
Mobilidade urbana / Habitação	2
ECA / Adolescentes e trabalho	2
Impactos neoliberalismo	2
Povos originários/ tradicionais	1
Meio Ambiente	1
Envelhecimento	1
Voluntariado / Caridade	1
População em situação de rua	1

Fonte: Elaborada pelos próprios autores, 2021.

É possível observar que os trabalhos relacionados especificamente à Política de Assistência social se apresentam em maior quantidade neste período, em números absolutos, seguido pelas pesquisas envolvendo a formação e exercício profissional. Destaca-se que a esfera pública tem sido o maior contratante de assistentes sociais historicamente (IAMAMOTO, 2009), a qual a referida Política se insere.

Foi elaborado este levantamento que demonstrou quantitativamente as produções do programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP, pois trata-se de espaço privilegiado para as pesquisas científicas da área. Para a seleção foi realizada a leitura do título e resumo dos trabalhos, e classificados os assuntos de forma fragmentada para melhor expor os que tratam especificamente da Política de Assistência Social, sendo que se propõe um estudo posterior para ser analisado todo o conteúdo, através da leitura completa dos mesmos, pois diante da totalidade da realidade, possivelmente a maioria dos trabalhos dialogam com as Políticas Públicas, sobretudo com a Assistência Social, diante da amplitude de abrangência de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apontadas retratam a relevância da pesquisa em Serviço Social no cotidiano profissional. **Compreende-se o** espaço ocupacional como um cenário privilegiado para materialização do saber e construção de práticas que ultrapassam a leitura imediatista e superficial da realidade para descortinar a essência do que está aparente.

Evidencia-se que a pesquisa no Serviço Social é um instrumento de estudo e aprofundamento, que alicerçada na teoria social crítica é a diretriz para compreender o processo histórico e o conhecimento já produzido, apreender a realidade e sustentar a intervenção profissional e sobrepujar as práticas profissionais puramente rotineiras, tecnocratas, imediatistas e exclusivamente reproduzidas.

A complexidade da atitude investigativa no processo de produção de conhecimento consiste no compromisso ético do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Nessa perspectiva, coloca-se como desafio a superação da ação investigativa como forma de especulação, sem análise crítica baseada nos referenciais teórico metodológicos e ético políticos, para gerar conhecimento que contribua com a transformação da realidade.

A atuação do assistente social no que se refere às necessidades humanas dos grupos mais vulneráveis ou excluídos do acesso aos serviços e benefícios, requer uma postura investigativa sobre o real, isto é, a investigação e intervenção social como pontos de partida para a transformação concreta da realidade.

É preciso uma formação consistente, fundamentada na perspectiva crítica, que permita a construção de recursos metodológicos para a compreensão e intervenção na realidade social em sua totalidade.

Por fim, evidenciou-se que dentre as produções publicadas de janeiro de 2019 a julho de 2021, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP de Franca, as relacionadas diretamente à Política de Assistência Social são substancialmente em maior número que das outras políticas e seguimentos de atuação.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica** – 3ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 136 – 150. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745/23545>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2015.

BRASIL. **Lei 8662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 101: p. 1-2, jan./mar. 2010.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-721.

_____. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.341-375.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências. **Cadernos ABESS**: São Paulo, v. 8, p. 33-76, 1998. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, 667-700.

_____. **Introdução ao método de Marx**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 107: set. 2011.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrqjF/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, 125-141.

_____. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>. Acesso em: 15 ago. 2021.